

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260005 – COGERH

PROCESSO Nº 29012.001492/2026-41

UASG: 943001

NÚMERO COMPRASNET: 90480/2026

A **COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH**, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. **A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.**

1.2. O modo de disputa será o **ABERTO E FECHADO**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018; Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH** e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO** para viabilizar a participação nas Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba – CBH Parnaíba, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo **pregoeiro Murilo Lobo de Queiroz**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº **(85) 3125.9381** e pelo e-mail: **licitacao@pge.ce.gov.br**.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 30/04/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/05/2026, às 14h30min.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/05/2026, às 14h30min.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48 h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei nº 14.133/2021 para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei;

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no **subitem 10.3** abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela **Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação**, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no **subitem 10.2**, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **licitacao@pge.ce.gov.br**, até as **23h59min**, com a informação do nº do pregoão, da entidade promotora da licitação e do pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 261.517,49 (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos)**, conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação, salvo prazo diferente estabelecido em Regulamento Interno da entidade promotora da licitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no **Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário**.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no **subitem 12.3** para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o **subitem 12.5.4**.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os **subitens 12.5.1 ao 12.5.6**, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os **preços globais** deverão ser expressos em reais, com **até 2 (duas) casas decimais**.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**, utilizando como referência o valor unitário do item.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do **subitem 14.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo

de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na **ordem crescente**, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema **Compras.gov.br**, conforme **Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário**.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema **Compras.gov.br**, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável uma vez por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **subitem 9.5** deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no **CNEP**, quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no **Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas**.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no **subitem 10.2.1**, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 14.27** deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no **subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no **subitem 7.1** deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de **15% (quinze por cento)** do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta preferencialmente no Banco do Brasil S.A ou outro banco indicado pelo contratante.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, o prazo contratual, as obrigações, o reajuste, o recebimento e as demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.6. Da Subcontratação

20.6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no **subitem 6.1** do Termo de Referência.

20.7. Da Garantia contratual

20.7.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no **subitem 6.2** do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 14 de abril de 2026.

YURI CASTRO DE OLIVEIRA
DIRETOR PRESIDENTE DA COGERH
ORDENADOR DE DESPESAS

APROVADO:

ASSIS RABELO
ASSESSORIA JURÍDICA / COGERH

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 29012.001492/2026-41

UNIDADE REQUISITANTE: GERÊNCIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA – GEPAR/COGERH

1. DO OBJETO

1.1. **SERVIÇO DE APOIO LOGÍSTICO** para viabilizar a participação nas Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba – CBH Parnaíba, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, sob regime de execução indireta **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO 1 – RECIFE/PE – 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	<p>485 – SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RESERVA, EMISSÃO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS DE IDA E VOLTA, PARA 05 (CINCO) PARTICIPANTES DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH).</p> <p>TRECHO AÉREO: SAÍDA DO AEROPORTO DE FORTALEZA/CE COM DESTINO AO AEROPORTO DE RECIFE/PE.</p> <p>RETORNO: AEROPORTO DE RECIFE/PE AO AEROPORTO DE FORTALEZA/CE.</p> <p>DATAS: IDA EM 27/05/2026 E RETORNO EM 30/05/2026.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = TIKET</p>	TIKET	5	2.276,00	11.380,00
2	<p>25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM RECIFE/PE, NO MÊS DE MAIO/2026, PARA 05 (CINCO) REPRESENTANTES QUE PARTICIPARÃO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH).</p> <p>ACOMODAÇÃO: 02 (DOIS) QUARTOS DUPLOS E 01 (UM) QUARTO SINGLE, COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR INCLUSOS NA DIÁRIA.</p> <p>PERÍODO: CHECK-IN EM 27/05/2026 E CHECK-OUT EM 30/05/2026, TOTALIZANDO 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 15 (QUINZE) DIÁRIAS.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	15	585,70	8.785,50
3	<p>256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA 05 (CINCO) PESSOAS EM RECIFE/PE, DURANTE O PERÍODO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH).</p> <p>O ALMOÇO DEVERÁ SER SERVIDO EM RESTAURANTE LOCALIZADO PRÓXIMO AO LOCAL DO EVENTO (EM UM TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO DE ATÉ 15 MINUTOS DE TRANSPORTE).</p> <p>O FORNECIMENTO DO ALMOÇO INCLUI OS DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO E OS DIAS DE TRÂNSITO (AEROPORTO), TOTALIZANDO 04 (QUATRO) DIAS.</p>	UNIDADE	20	135,00	2.700,00
4	<p>872556 – SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSLADO PARA 05 (CINCO)</p>	SERVIÇO	4	1.400,00	5.600,00

	<p>PARTICIPANTES NA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH), A SER REALIZADA NA SEGUINTE CIDADE: RECIFE/PE</p> <p>O SERVIÇO DEVERÁ SER REALIZADO A PARTIR DA CHEGADA DOS PARTICIPANTES NO AEROPORTO DE RECIFE/PE, ABRANGENDO TODOS OS DIAS DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS E SE ESTENDENDO ATÉ O RETORNO AO AEROPORTO.</p> <p>O TRANSLADO SERÁ REALIZADO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DO EVENTO, CONFORME ESPECIFICADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO</p>				
5	<p>1753228 – SEGURO DE VIAGEM</p> <p>CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIAGEM DE IDA E VOLTA, PARA 05 (CINCO) PARTICIPANTES DEVERÁ COBRIR TODO O PERÍODO DE DESLOCAMENTO NA PARTICIPAÇÃO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR.</p> <p>O SEGURO DEVERÁ SER CONTRATADO POR MEIO DE UMA SEGURADORA OFICIALMENTE RECONHECIDA E DEVE COBRIR:</p> <p>DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES, INCLUINDO INTERNAÇÕES;</p> <p>ASSISTÊNCIA SOCIAL;</p> <p>TRATAMENTOS EVENTUAIS;</p> <p>TRANSFERÊNCIA AÉREA COM UTI;</p> <p>EXTRAVIO DE BAGAGENS;</p> <p>OUTRAS ASSISTÊNCIAS NECESSÁRIAS DURANTE TODA A VIAGEM.</p> <p>A COBERTURA DEVE ABRANGER DESDE A SAÍDA DOS PARTICIPANTES ATÉ O RETORNO AO SEU LOCAL DE ORIGEM, NO CEARÁ.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE=APÓLICE</p>	APÓLICE	5	300,00	1.500,00
GRUPO 2 – BRASÍLIA/DF – 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	<p>485 – SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RESERVA, EMISSÃO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS DE IDA E VOLTA, PARA 05 (CINCO) PARTICIPANTES DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH).</p> <p>TRECHO AÉREO: SAÍDA DO AEROPORTO DE FORTALEZA/CE COM DESTINO AO AEROPORTO DE BRASÍLIA/DF.</p> <p>RETORNO: AEROPORTO DE BRASÍLIA/DF AO AEROPORTO DE FORTALEZA/CE.</p> <p>DATAS: IDA EM 29/07/2026 E RETORNO EM 01/08/2026.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = TIKET</p>	TIKET	5	4.264,50	21.322,50
7	<p>25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM BRASÍLIA/DF, NO MÊS DE JULHO/2026, PARA 05 (CINCO) REPRESENTANTES QUE PARTICIPARÃO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH).</p> <p>ACOMODAÇÃO: 02 (DOIS) QUARTOS DUPLOS E 01 (UM) QUARTO SINGLE, COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR INCLUSOS NA DIÁRIA.</p> <p>PERÍODO: CHECK-IN EM 29/07/2026 E CHECK-OUT EM 01/08/2026, TOTALIZANDO 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 15 (QUINZE) DIÁRIAS.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	15	654,75	9.821,25
8	<p>256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO</p>	UNIDADE	20	135,00	2.700,00

	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA 05 (CINCO) PESSOAS EM BRASÍLIA/DF, DURANTE O PERÍODO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS FNCBH).</p> <p>O ALMOÇO DEVERÁ SER SERVIDO EM RESTAURANTE LOCALIZADO PRÓXIMO AO LOCAL DO EVENTO (EM UM TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO DE ATÉ 15 MINUTOS DE TRANSPORTE).</p> <p>O FORNECIMENTO DO ALMOÇO INCLUI OS DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO E OS DIAS DE TRÂNSITO (AEROPORTO), TOTALIZANDO 04 (QUATRO) DIAS.</p>				
9	<p>872556 – SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSLADO PARA 05 (CINCO) PARTICIPANTES NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS FNCBH), A SER REALIZADA NA SEGUINTE CIDADE: BRASÍLIA/DF</p> <p>O SERVIÇO DEVERÁ SER REALIZADO A PARTIR DA CHEGADA DOS PARTICIPANTES NO AEROPORTO DE BRASÍLIA/DF, ABRANGENDO TODOS OS DIAS DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS E SE ESTENDENDO ATÉ O RETORNO AO AEROPORTO.</p> <p>O TRANSLADO SERÁ REALIZADO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DO EVENTO, CONFORME ESPECIFICADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO</p>	SERVIÇO	4	1.525,00	6.100,00
10	<p>1753228 – SEGURO DE VIAGEM</p> <p>CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIAGEM DE IDA E VOLTA, PARA 05 (CINCO) PARTICIPANTES DEVERÁ COBRIR TODO O PERÍODO DE DESLOCAMENTO NA PARTICIPAÇÃO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR.</p> <p>O SEGURO DEVERÁ SER CONTRATADO POR MEIO DE UMA SEGURADORA OFICIALMENTE RECONHECIDA E DEVE COBRIR:</p> <p>DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES, INCLUINDO INTERNAÇÕES;</p> <p>ASSISTÊNCIA SOCIAL;</p> <p>TRATAMENTOS EVENTUAIS;</p> <p>TRANSFERÊNCIA AÉREA COM UTI;</p> <p>EXTRAVIO DE BAGAGENS;</p> <p>OUTRAS ASSISTÊNCIAS NECESSÁRIAS DURANTE TODA A VIAGEM.</p> <p>A COBERTURA DEVE ABRANGER DESDE A SAÍDA DOS PARTICIPANTES ATÉ O RETORNO AO SEU LOCAL DE ORIGEM, NO CEARÁ.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = APÓLICE</p>	APÓLICE	5	300,00	1.500,00
GRUPO 3 – FORTALEZA/CE – 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
11	<p>25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM FORTALEZA/CE, NO MÊS DE SETEMBRO/2026, PARA 05 (CINCO) REPRESENTANTES QUE PARTICIPARÃO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (FNCBH).</p> <p>ACOMODAÇÃO: 02 (DOIS) QUARTOS DUPLOS E 01 (UM) QUARTO SINGLE, COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR INCLUSOS NA DIÁRIA.</p> <p>PERÍODO: CHECK-IN EM 23/09/2026 E CHECK-OUT EM 26/09/2026, TOTALIZANDO 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 15 (QUINZE) DIÁRIAS.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	15	625,00	9.375,00
12	<p>256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA 50 (CINQUENTA) PESSOAS (PÚBLICO-ALVO DO AUDITÓRIO NA REUNIÃO)</p>	UNIDADE	100	135,00	13.500,00

	<p>EM FORTALEZA/CE, DURANTE O PERÍODO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS FNCBH).</p> <p>O ALMOÇO DEVERÁ SER SERVIDO PREFERENCIALMENTE NO LOCAL DA REUNIÃO, OU EM RESTAURANTE LOCALIZADO PRÓXIMO AO LOCAL DO EVENTO (EM UM TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO DE ATÉ 15 MINUTOS DE TRANSPORTE).</p> <p>O FORNECIMENTO DO ALMOÇO INCLUI OS DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO, TOTALIZANDO 02 (DOIS) DIAS.</p>				
13	<p>706324 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK</p> <p>O COFFEE BREAK DEVERÁ SER SERVIDO NO SISTEMA SELF-SERVICE, NO INTERVALO DA TARDE, NO LOCAL DO EVENTO EM FORTALEZA/CE, DURANTE O PERÍODO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS FNCBH), SENDO:</p> <p>DIA: 24/09/2026 E 25/09/2026, PARA 50 (CINQUENTA) PESSOAS, EM 02 (DOIS) DIAS DE EVENTO.</p> <p>(INCLUIR CARDÁPIO ESPECÍFICO PARA DIABÉTICOS E HIPERTENSOS)</p>	UNIDADE	100	60,00	6.000,00
14	<p>1238459 – LOCAÇÃO DE IMOVEIS – AUDITÓRIO CLIMATIZADO</p> <p>FORNECIMENTO DE ESPAÇO FÍSICO, TIPO AUDITÓRIO CLIMATIZADO, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 50 (CINQUENTA) PESSOAS, CADEIRAS COM APOIO DO TIPO PRANCHETA/BRAÇO E COM ESPAÇO PARA LIVRE CIRCULAÇÃO DOS PARTICIPANTES; SISTEMA DE SOM COM OPERADOR DE SOM (3 MICROFONES SEM FIO, CAIXAS DE SOM COM POTÊNCIA COMPATÍVEL COM O TAMANHO DO AMBIENTE E PROJETO DE MULTIMÍDIA, PONTO PARA USO DE INTERNET, PARA ATENDER A 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO COORDENADOR DO FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS FNCBH).</p> <p>DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO NO AUDITÓRIO, DURANTE TODA A REALIZAÇÃO DA REUNIÃO, 01 (UM) GARRAFAO DE ÁGUA POTÁVEL DE 20 LITROS, COM REPOSIÇÃO SEMPRE QUE NECESSÁRIO, BEM COMO 01 (UMA) MESA DE APOIO CONTENDO GARRAFAS TÉRMICAS COM CHÁ E CAFÉ, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 LITROS CADA, TAMBÉM COM REPOSIÇÃO CONTÍNUA CONFORME A DEMANDA DOS PARTICIPANTES, SENDO:</p> <p>2 (DUAS) DIÁRIAS PARA 1 (UMA) REUNIÃO DO FNCBH.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	2	8.733,3333	17.466,67
GRUPO 4 – PARNAÍBA/PI – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA) COM VISITA TÉCNICA					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
15	<p>25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM PARNAÍBA/PI, NO MÊS DE MAIO/2026, PARA 04 (QUATRO) REPRESENTANTES, 02 (DOIS) REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS – CBHSC E 02 (DOIS) REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA SERRA DA IBIAPABA – CBHSI, QUE PARTICIPARÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA) COM VISITA TÉCNICA.</p> <p>ACOMODAÇÃO: 01 (UM) QUARTO DUPLO PARA 02 (DUAS) PESSOAS, E 02 (DOIS) QUARTOS SINGLE PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR INCLUSOS NA DIÁRIA.</p> <p>PERÍODO: CHECK-IN EM 13/05/2026 E CHECK-OUT EM 16/05/2026, TOTALIZANDO 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 12 (DOZE) DIÁRIAS.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	12	600,25	7.203,00
16	<p>256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA 04 (QUATRO) PESSOAS EM PARNAÍBA/PI, DURANTE O PERÍODO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO</p>	UNIDADE	16	135,00	2.160,00

	<p>RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA) COM VISITA TÉCNICA.</p> <p>O ALMOÇO DEVERÁ SER SERVIDO EM RESTAURANTE LOCALIZADO PRÓXIMO AO LOCAL DO EVENTO (EM UM TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO DE ATÉ 15 MINUTOS DE TRANSPORTE).</p> <p>O FORNECIMENTO DO ALMOÇO INCLUI OS DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO E OS DIAS DE TRÂNSITO EM RESTAURANTES DURANTE O PERCURSO POR VIA TERRESTRE (IDA E VOLTA), OS QUAIS SERVIDOS NA ESTRADA, TOTALIZANDO 04 (QUATRO) DIAS.</p>				
17	<p>872556 – SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DEVERÁ SER REALIZADO ATRAVÉS DE 2 (DOIS) VEÍCULOS TIPO MINIVANS EXECUTIVO COM CAPACIDADE DE 7 (SETE) LUGARES, COM MOTORISTA, AR-CONDICIONADO E O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SEGURO E DEMAIS DESPESAS, E SE ESTENDERÁ DURANTE TODA A DURAÇÃO DO PACOTE ATÉ O RETORNO PARA OS SEUS MUNICÍPIOS, COM IDA E VOLTA, DURANTE O PERÍODO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA) COM VISITA TÉCNICA, REALIZANDO TAMBÉM O TRANSFER INTERNO NECESSÁRIO NA CIDADE DO EVENTO.</p> <p>ROTA 1: PONTOS DE IDA CRATEÚS/CE → PARNAÍBA/PI E VOLTA PARNAÍBA/PI → CRATEÚS/CE, PARA TRANSPORTAR 2 (DOIS) REPRESENTANTES DOS CBH DOS SERTÕES DE CRATEÚS. TOTAL DA QUILOMETRAGEM: 500 KM</p> <p>ROTA 2: PONTOS DE IDA SÃO BENEDITO/CE → PARNAÍBA/PI E VOLTA PARNAÍBA/PI → SÃO BENEDITO/CE PARA TRANSPORTAR 2 (DOIS) REPRESENTANTES DO CBH DA SERRA DA IBIAPABA. TOTAL DA QUILOMETRAGEM: 800 KM</p> <p>OS PARTICIPANTES DO EVENTO DEVERÃO TER TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO IDA E VOLTA DO HOTEL PARA O AUDITÓRIO DO EVENTO NOS DIAS DA REUNIÃO QUE, NESTE CASO, DEVERÁ SER AS MESMAS MINIVANS QUE REALIZOU O DESLOCAMENTO TERRESTRE ENTRE CE E PI.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = KM</p>	KM	1.350	16,6667	22.500,05
GRUPO 5 – TASSO FRAGOSO/MA – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
18	<p>25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM TASSO FRAGOSO/MA, NO MÊS DE AGOSTO/2026, PARA 04 (QUATRO) REPRESENTANTES, 02 (DOIS) REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS – CBHSC E 02 (DOIS) REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA SERRA DA IBIAPABA – CBHSI, QUE PARTICIPARÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA).</p> <p>ACOMODAÇÃO: 01 (UM) QUARTO DUPLO PARA 02 (DUAS) PESSOAS, E 02 (DOIS) QUARTOS SINGLE PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR INCLUSOS NA DIÁRIA.</p> <p>PERÍODO: CHECK-IN EM 26/08/2026 E CHECK-OUT EM 29/08/2026, TOTALIZANDO 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 12 (DOZE) DIÁRIAS.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	12	582,50	6.990,00
19	<p>256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA 04 (QUATRO) PESSOAS EM TASSO FRAGOSO/MA, DURANTE O PERÍODO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA).</p> <p>O ALMOÇO DEVERÁ SER SERVIDO EM RESTAURANTE LOCALIZADO PRÓXIMO AO LOCAL DO EVENTO (EM UM TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO DE ATÉ 15 MINUTOS DE TRANSPORTE).</p> <p>O FORNECIMENTO DO ALMOÇO INCLUI OS DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO E OS DIAS DE TRÂNSITO EM RESTAURANTES DURANTE O PERCURSO POR VIA TERRESTRE (IDA E VOLTA), OS QUAIS SERVIDOS</p>	UNIDADE	16	135,00	2.160,00

	NA ESTRADA, TOTALIZANDO 04 (QUATRO) DIAS.				
20	<p>872556 – SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DEVERÁ SER REALIZADO ATRAVÉS DE 2 (DOIS) VEÍCULOS TIPO MINIVANS EXECUTIVO COM CAPACIDADE DE 7 (SETE) LUGARES, COM MOTORISTA, AR-CONDICIONADO E O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SEGURO E DEMAIS DESPESAS, E SE ESTENDERÁ DURANTE TODA A DURAÇÃO DO PACOTE ATÉ O RETORNO PARA OS SEUS MUNICÍPIOS, COM IDA E VOLTA, DURANTE O PERÍODO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA) REALIZANDO TAMBÉM O TRANSFER INTERNO NECESSÁRIO NA CIDADE DO EVENTO.</p> <p>ROTA 1: PONTOS DE IDA CRATEÚS/CE → TASSO FRAGOSO/MA E VOLTA TASSO FRAGOSO/MA → CRATEÚS/CE, PARA TRANSPORTAR 2 (DOIS) REPRESENTANTES DOS CBH DOS SERTÕES DE CRATEÚS. TOTAL DA QUILOMETRAGEM: 2.100</p> <p>ROTA 2: PONTOS IDA SÃO BENEDITO/CE → TASSO FRAGOSO/MA E VOLTA TASSO FRAGOSO/MA → SÃO BENEDITO/CE PARA TRANSPORTAR 2 (DOIS) REPRESENTANTES DO CBH DA SERRA DA IBIAPABA. TOTAL DA QUILOMETRAGEM: 2.100</p> <p>OS PARTICIPANTES DO EVENTO DEVERÃO TER TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO IDA E VOLTA DO HOTEL PARA O AUDITÓRIO DO EVENTO NOS DIAS DA REUNIÃO QUE, NESTE CASO, DEVERÁ SER AS MESMAS MINIVANS QUE REALIZOU O DESLOCAMENTO TERRESTRE ENTRE CE E PI.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = KM</p>	KM	4.200	16,6667	70.000,14
GRUPO 6 – TERESINA/PI – REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA)					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
21	<p>25461 – SERVIÇO DE HOTELARIA</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM TERESINA/PI, NO MÊS DE DEZEMBRO/2026, PARA 04 (QUATRO) REPRESENTANTES, 02 (DOIS) REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS – CBHSC E 02 (DOIS) REPRESENTANTES DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA SERRA DA IBIAPABA – CBHSI, QUE PARTICIPARÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA).</p> <p>ACOMODAÇÃO: 01 (UM) QUARTO DUPLO PARA 02 (DUAS) PESSOAS, E 02 (DOIS) QUARTOS SINGLE PARA 02 (DUAS) PESSOAS, COM CAFÉ DA MANHÃ E JANTAR INCLUSOS NA DIÁRIA.</p> <p>PERÍODO: CHECK-IN EM 09/12/2026 E CHECK-OUT EM 12/12/2026, TOTALIZANDO 03 (TRÊS) DIÁRIAS PARA CADA PARTICIPANTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 12 (DOZE) DIÁRIAS.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE = DIÁRIA</p>	DIÁRIA	12	605,00	7.260,00
22	<p>256 – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA 04 (QUATRO) PESSOAS EM TERESINA/PI, DURANTE O PERÍODO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA).</p> <p>O ALMOÇO DEVERÁ SER SERVIDO EM RESTAURANTE LOCALIZADO PRÓXIMO AO LOCAL DO EVENTO (EM UM TEMPO ESTIMADO DE DESLOCAMENTO DE ATÉ 15 MINUTOS DE TRANSPORTE).</p> <p>O FORNECIMENTO DO ALMOÇO INCLUI OS DIAS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO E OS DIAS DE TRÂNSITO EM RESTAURANTES DURANTE O PERCURSO POR VIA TERRESTRE (IDA E VOLTA), OS QUAIS SERVIDOS NA ESTRADA, TOTALIZANDO 04 (QUATRO) DIAS.</p>	UNIDADE	16	135,00	2.160,00
23	<p>872556 – SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER</p> <p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DEVERÁ SER REALIZADO ATRAVÉS DE 2 (DOIS) VEÍCULOS TIPO MINIVANS EXECUTIVO COM CAPACIDADE DE 7 (SETE) LUGARES, COM</p>	KM	1.400	16,6667	23.333,38

<p>MOTORISTA, AR-CONDICIONADO E O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SEGURO E DEMAIS DESPESAS, E SE ESTENDERÁ DURANTE TODA A DURAÇÃO DO PACOTE ATÉ O RETORNO PARA OS SEUS MUNICÍPIOS, COM IDA E VOLTA, DURANTE O PERÍODO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA (CBH PARNAÍBA) REALIZANDO TAMBÉM O TRANSFER INTERNO NECESSÁRIO NA CIDADE DO EVENTO.</p> <p>ROTA 1: PONTOS DE IDA CRATEÚS/CE → TERESINA/PI, E VOLTA TERESINA/PI → CRATEÚS/CE, PARA TRANSPORTAR 2 (DOIS) REPRESENTANTES DOS CBH DOS SERTÕES DE CRATEÚS. TOTAL DA QUILOMETRAGEM: 700 KM</p> <p>ROTA 2: PONTOS IDA SÃO BENEDITO/CE → TERESINA/PI, E VOLTA TERESINA/PI → SÃO BENEDITO/CE PARA TRANSPORTAR 2 (DOIS) REPRESENTANTES DO CBH DA SERRA DA IBIAPABA. TOTAL DA QUILOMETRAGEM: 700 KM</p> <p>OS PARTICIPANTES DO EVENTO DEVERÃO TER TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO IDA E VOLTA DO HOTEL PARA O AUDITÓRIO DO EVENTO NOS DIAS DA REUNIÃO QUE, NESTE CASO, DEVERÁ SER AS MESMAS MINIVANS QUE REALIZOU O DESLOCAMENTO TERRESTRE ENTRE CE E PI.</p> <p>COMPRASNET: UNIDADE= KM</p>				
---	--	--	--	--

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Da Especificação Detalhada:

2.2.1. Para o item 1. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA – SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NO ÂMBITO NACIONAL

2.2.1.1. Passagens aéreas para o Aeroporto Internacional de Recife/PE, destinadas a 05 (cinco) participantes da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH).

Trecho Aéreo:

- **Ida:** Dia 27/05/2026, saindo do Aeroporto Internacional de Fortaleza/CE com destino ao Aeroporto Internacional de Recife/PE.
- **Volta:** Dia 30/05/2026, saindo do Aeroporto Internacional de Recife/PE com destino ao Aeroporto Internacional de Fortaleza/CE.
- As passagens aéreas deverão ser emitidas com todas as tarifas pagas e, preferencialmente, sem escalas.

2.2.2. Para o item 2. SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE

2.2.2.1. Hospedagem em Recife/PE, no mês de MAIO/2026, destinada a 05 (cinco) participantes da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). Serão disponibilizados 02 (dois) quartos duplos e 01 (um) quarto single, totalizando 03 (três) diárias para cada participante, perfazendo um total de 15 (quinze) diárias para este item, conforme detalhado abaixo:

2.2.2.2. Especificações:

- O serviço deve incluir café da manhã e jantar para cada participante, servidos no local da hospedagem durante a realização do evento.
- Os quartos deverão contar com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão e frigobar.
- O hotel deverá ser, no mínimo, de padrão 03 (três) estrelas ou superior.

Cronograma:

- **Dia 27/05/2026:** Check-in a partir do meio-dia, com jantar incluso na diária.
- **Dias 28/05/2026 e 29/05/2026:** Café da manhã e jantar para os participantes.
- **Dia 30/05/2026:** Café da manhã e check-out até o meio-dia.

2.2.3. Para o item 3. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.2.3.1. Em Recife/PE, para 05 (cinco) pessoas, deverá ser servido em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), durante o período da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), distribuído da seguinte forma:

- **27/05/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em trânsito (aeroporto);
- **28/05/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em Recife/PE;
- **29/05/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em Recife/PE;
- **30/05/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em trânsito (aeroporto).

2.2.4. Para o item 4. SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – OBS: Para os dias 27 a 30 de maio em Recife/PE

2.2.4.1. Prestação de serviço de traslado para conduzir 05 (cinco) participantes da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), deverá ser fornecido serviço de traslado conforme o roteiro descrito a seguir:

- **27/05/2026:** Translado do Aeroporto de Recife/PE para o hotel, para 05 (cinco) pessoas;
- **28/05/2026:** Translado do hotel para o evento, do evento para o almoço, do almoço para o evento e retorno ao hotel, para 05 (cinco) pessoas;
- **29/05/2026:** Translado do hotel para o evento, do evento para o almoço, do almoço para o evento e retorno ao hotel, para 05 (cinco) pessoas;
- **30/05/2026:** Translado do hotel para o Aeroporto de Recife/PE, para 05 (cinco) pessoas.

2.2.5. Para o item 5. SEGURO DE VIAGEM

2.2.5.1. A empresa contratada deverá disponibilizar um contrato de seguro viagem para os 05 (cinco) participantes da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). O seguro deverá ser contratado por meio de uma seguradora reconhecida oficialmente e deverá cobrir:

- Despesas médicas e hospitalares, incluindo internação;
- Assistência social;
- Tratamentos eventuais;
- Transferência aérea com UTI;
- Extravio de bagagens;
- Outras assistências necessárias durante toda a viagem.
- A cobertura deverá ser válida desde o início da viagem até o retorno dos participantes ao seu local de origem no Ceará.

2.2.6. Para o item 6. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA – SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS NO ÂMBITO NACIONAL

2.2.6.1. Passagens aéreas para o Aeroporto Internacional de Brasília/DF, destinadas a 05 (cinco) participantes da 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH).

Trecho Aéreo:

- **Ida:** Dia 29/07/2026, saindo do Aeroporto Internacional de Fortaleza/CE com destino ao Aeroporto Internacional de Brasília/DF.
- **Volta:** Dia 01/08/2026, saindo do Aeroporto Internacional de Brasília/DF com destino ao Aeroporto Internacional de Fortaleza/CE.
- As passagens aéreas deverão ser emitidas com todas as tarifas pagas e, preferencialmente, sem escalas.

2.2.7. Para o item 7. SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE

2.2.7.1. Hospedagem em Brasília/DF, no mês de JULHO/2026, destinada a 05 (cinco) participantes da 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). Serão disponibilizados 02 (dois) quartos duplos e 01 (um) quarto single, totalizando 03 (três) diárias para cada participante, perfazendo um total de 15 (quinze) diárias para este item, conforme detalhado abaixo:

2.2.7.2. Especificações:

- O serviço deve incluir café da manhã e jantar para cada participante, servidos no local da hospedagem durante a realização do evento.
- Os quartos deverão contar com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão e frigobar.
- O hotel deverá ser, no mínimo, de padrão 03 (três) estrelas ou superior.

Cronograma:

- **Dia 29/07/2026:** Check-in a partir do meio-dia, com jantar incluso na diária.
- **Dias 30/07/2026 e 31/07/2026:** Café da manhã e jantar para os participantes.
- **Dia 01/08/2026:** Café da manhã e check-out até o meio-dia.

2.2.8. Para o item 8. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.2.8.1. Em Brasília/DF, para 05 (cinco) pessoas, deverá ser servido em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), durante o período da 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), distribuído da seguinte forma:

- **29/07/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em trânsito (aeroporto);
- **30/07/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em Brasília/DF;
- **31/07/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em Brasília/DF;
- **01/08/2026:** Almoço para 05 (cinco) pessoas em trânsito (aeroporto).

2.2.9. Para o item 9. SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – OBS: Para os dias 29 de julho à 01 de agosto de 2026, em Brasília/DF

2.2.9.1. Prestação de serviço de translado para conduzir 05 (cinco) participantes da 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), deverá ser fornecido serviço de translado conforme o roteiro descrito a seguir:

- **29/07/2026:** Translado do Aeroporto de Brasília/DF para o hotel, para 05 (cinco) pessoas;

- **30/07/2026:** Translado do hotel para o evento, do evento para o almoço, do almoço para o evento e retorno ao hotel, para 05 (cinco) pessoas;
- **31/07/2026:** Translado do hotel para o evento, do evento para o almoço, do almoço para o evento e retorno ao hotel, para 05 (cinco) pessoas;
- **01/08/2026:** Translado do hotel para o Aeroporto de Brasília/DF, para 05 (cinco) pessoas.

2.2.10. Para o item 10. SEGURO DE VIAGEM

2.2.10.1. A empresa contratada deverá disponibilizar um contrato de seguro viagem para os 05 (cinco) participantes da 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). O seguro deverá ser contratado por meio de uma seguradora reconhecida oficialmente e deverá cobrir:

- Despesas médicas e hospitalares, incluindo internação;
- Assistência social;
- Tratamentos eventuais;
- Transferência aérea com UTI;
- Extravio de bagagens;
- Outras assistências necessárias durante toda a viagem.
- A cobertura deverá ser válida desde o início da viagem até o retorno dos participantes ao seu local de origem no Ceará.

2.2.11. Para o item 11. SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE

2.2.11.1. Hospedagem em Fortaleza/CE, no mês de SETEMBRO/2026, destinada a 05 (cinco) participantes da 4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). Serão disponibilizados 02 (dois) quartos duplos e 01 (um) quarto single, totalizando 03 (três) diárias para cada participante, perfazendo um total de 15 (quinze) diárias para este item, conforme detalhado abaixo:

2.2.11.2. Especificações:

- O serviço deve incluir café da manhã e jantar para cada participante, servidos no local da hospedagem durante a realização do evento.
- Os quartos deverão contar com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão e frigobar.
- O hotel deverá ser, no mínimo, de padrão 03 (três) estrelas ou superior.

Cronograma:

- **Dia 23/09/2026:** Check-in a partir do meio-dia, com jantar incluso na diária.
- **Dias 24/09/2026 e 25/09/2026:** Café da manhã e jantar para os participantes.
- **Dia 26/09/2026:** Café da manhã e check-out até o meio-dia.

2.2.12. Para o item 12. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.2.12.1. Em Fortaleza/CE, para 50 (cinquenta) pessoas (público-alvo do auditório na reunião), deverá ser servido preferencialmente no local da reunião, ou em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), durante o período da 4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), distribuído da seguinte forma:

- **24/09/2026:** Almoço para 50 (cinquenta) pessoas em Fortaleza/CE;

- **25/09/2026:** Almoço para 50 (cinquenta) pessoas em Fortaleza/CE;

2.2.13. Para o item 13. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK

2.2.13.1. Em Fortaleza/CE, para 50 (cinquenta) pessoas deverão ser servidos, no sistema self-service, no intervalo da tarde, no local do evento, durante o período da participação na 4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). (Incluir Cardápio Específico para DIABÉTICOS e HIPERTENSOS).

Sendo assim:

- Dia: 24/09/2026 e 25/09/2026, para 50 (cinquenta) pessoas, em 02 (dois) dias de evento.

2.2.14. Para o item 14. LOCAÇÃO DE IMOVEIS – AUDITÓRIO CLIMATIZADO

2.2.14.1. Fornecimento de espaço físico, tipo auditório climatizado, com capacidade para até 50 (cinquenta) pessoas, sendo 2 (duas) diárias para 4ª Reunião, com cadeiras com apoio do tipo prancheta/braço e com espaço para livre circulação dos participantes; Sistema de som com operador de som (3 microfones sem fio, caixas de som com potência compatível com o tamanho do ambiente e projetor de multimídia, ponto para uso de internet, para atender a 4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), no Município de Fortaleza/CE.

2.2.14.2. Deverá ser disponibilizado no auditório no local de hospedagem, durante toda a realização da reunião, 01 (um) garrafão de água potável de 20 litros, com reposição sempre que necessário, bem como 01 (uma) mesa de apoio contendo garrafas térmicas com chá e café, com capacidade mínima de 2 litros cada, também com reposição contínua conforme a demanda dos participantes.

2.2.15. Para o item 15. SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE

2.2.15.1. Hospedagem em Parnaíba/PI, no mês de MAIO/2026, destinada a 04 (quatro) participantes da **Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) com Visita Técnica**. Serão disponibilizados 01 (um) quarto duplo e 02 (dois) quartos single, totalizando 03 (três) diárias para cada participante, perfazendo um total de 12 (doze) diárias para este item, conforme detalhado abaixo:

2.2.15.2. Especificações:

- O serviço deve incluir café da manhã e jantar para cada participante, servidos no local da hospedagem durante a realização do evento.
- Os quartos deverão contar com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão e frigobar.
- O hotel deverá ser, no mínimo, de padrão 03 (três) estrelas ou superior.

Cronograma:

- **Dia 13/05/2026:** Check-in a partir do meio-dia, com jantar incluso na diária.
- **Dias 14/05/2026 e 15/05/2026:** Café da manhã e jantar para os participantes.
- **Dia 16/05/2026:** Café da manhã e check-out até o meio-dia.

2.2.16. Para o item 16. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.2.16.1. Em Parnaíba/PI, para 04 (quatro) pessoas, deverá ser servido em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), durante o período da **Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) com Visita Técnica**, distribuído da seguinte forma:

- **13/05/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em trânsito (percurso por via terrestre);
- **14/05/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em Parnaíba/PI;
- **15/05/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em Parnaíba/PI;
- **16/05/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em trânsito (percurso por via terrestre).

2.2.17. Para o item 17. SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER, em Parnaíba/PI

2.2.17.1. Prestação de serviço de transporte terrestre para conduzir 2 (dois) representantes dos CBH dos Sertões de Crateús e 2 (dois) representantes do CBH da Serra da Ibiapaba, deverá ser realizado através de 2 (dois) veículos tipo **MINIVANS** executivo com capacidade de 7 (sete) lugares, com motorista, ar-condicionado e o fornecimento de combustível, seguro e demais despesas, e se estenderá durante toda a duração do pacote até o retorno para os seus municípios, com ida e volta, durante o período da **Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) com Visita Técnica**, realizando também o transfer interno necessário na cidade do evento, deverá ser fornecido serviço de translado conforme o roteiro descrito a seguir:

- MINIVAN – Rota 1: Ida dia 13/05/2026 de Crateús/CE → Parnaíba/PI e volta dia 16/05/2026, Parnaíba/PI → Crateús/CE, para transportar 2 (dois) representantes dos CBH dos Sertões de Crateús. Total da quilometragem: 850 km
- MINIVAN – Rota 2: Ida dia 13/05/2026 – São Benedito/CE → Parnaíba/PI e volta dia 16/05/2026, Parnaíba/PI → São Benedito/CE para transportar 2 (dois) representantes do CBH da Serra da Ibiapaba. Total da quilometragem: 500 km
- Os participantes do evento deverão ter transporte para deslocamento ida e volta do hotel, almoço, para o auditório do evento nos dias da reunião que, neste caso, deverá ser as mesmas Minivans que realizou o deslocamento terrestre entre CE e PI.

2.2.18. Para o item 18. SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE

2.2.18.1. Hospedagem em Tasso Fragoso/MA, no mês de AGOSTO/2026, destinada a 04 (quatro) participantes da **Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**. Serão disponibilizados 01 (um) quarto duplo e 02 (dois) quarto single, totalizando 03 (três) diárias para cada participante, perfazendo um total de 12 (doze) diárias para este item, conforme detalhado abaixo:

2.2.18.2. Especificações:

- O serviço deve incluir café da manhã e jantar para cada participante, servidos no local da hospedagem durante a realização do evento.
- Os quartos deverão contar com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão e frigobar.
- O hotel deverá ser, no mínimo, de padrão 03 (três) estrelas ou superior.

Cronograma:

- **Dia 26/08/2026:** Check-in a partir do meio-dia, com jantar incluso na diária.
- **Dias 27/08/2026 e 28/08/2026:** Café da manhã e jantar para os participantes.
- **Dia 29/08/2026:** Café da manhã e check-out até o meio-dia.

2.2.19. Para o item 19. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.2.19.1. Em Tasso Fragoso/MA, para 04 (quatro) pessoas, deverá ser servido em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), durante o período da **Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**, distribuído da seguinte forma:

- **26/08/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em trânsito (percurso por via terrestre);
- **27/08/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em Tasso Fragoso/MA;
- **28/08/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em Tasso Fragoso/MA;
- **29/08/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em trânsito (percurso por via terrestre).

2.2.20. Para o item 20. SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER, em Tasso Fragoso/MA

2.2.20.1. Prestação de serviço de transporte terrestre para conduzir 2 (dois) representantes dos CBH dos Sertões de Crateús e 2 (dois) representantes do CBH da Serra da Ibiapaba, deverá ser realizado através de 2 (dois) veículos tipo **MINIVANS** executivo com capacidade de 7 (sete) lugares, com motorista, ar-condicionado e o fornecimento de combustível, seguro e demais despesas, e se estenderá durante toda a duração do pacote até o retorno para os seus municípios, com ida e volta, durante o período da **Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**, realizando também o transfer interno necessário na cidade do evento, deverá ser fornecido serviço de traslado conforme o roteiro descrito a seguir:

- MINIVAN – Rota 1: Ida dia 26/08/2026 de Crateús/CE → Tasso Fragoso/MA e volta dia 29/08/2026, Tasso Fragoso/MA → Crateús/CE, para transportar 2 (dois) representantes dos CBH dos Sertões de Crateús. Total da quilometragem: 2.100 km
- MINIVAN – Rota 2: Ida dia 26/08/2026 de São Benedito/CE → Tasso Fragoso/MA e volta dia 29/08/2026, Tasso Fragoso/MA → São Benedito/CE para transportar 2 (dois) representantes do CBH da Serra da Ibiapaba. Total da quilometragem: 2.100 km
- Os participantes do evento deverão ter transporte para deslocamento ida e volta do hotel, almoço, para o auditório do evento nos dias da reunião que, neste caso, deverá ser as mesmas Minivans que realizou o deslocamento terrestre entre CE e PI.

2.2.21. Para o item 21. SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE

2.2.21.1. Hospedagem em Teresina/PI, no mês de DEZEMBRO/2026, destinada a 04 (quatro) participantes da **Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**. Serão disponibilizados 01 (um) quarto duplo e 02 (dois) quarto single, totalizando 03 (três) diárias para cada participante, perfazendo um total de 12 (doze) diárias para este item, conforme detalhado abaixo:

2.2.21.2. Especificações:

- O serviço deve incluir café da manhã e jantar para cada participante, servidos no local da hospedagem durante a realização do evento.
- Os quartos deverão contar com banheiro privativo, ar-condicionado, televisão e frigobar.
- O hotel deverá ser, no mínimo, de padrão 03 (três) estrelas ou superior.

Cronograma:

- **Dia 09/12/2026:** Check-in a partir do meio-dia, com jantar incluso na diária.
- **Dias 10/12/2026 e 11/12/2026:** Café da manhã e jantar para os participantes.
- **Dia 12/12/2026:** Café da manhã e check-out até o meio-dia.

2.2.22. Para o item 22. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.2.22.1. Em Teresina/PI, para 04 (quatro) pessoas, deverá ser servido em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), durante o período da **Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**, distribuído da seguinte forma:

- **09/12/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em trânsito (percurso por via terrestre);
- **10/12/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em Teresina/PI;
- **11/12/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em Teresina/PI;
- **12/12/2026:** Almoço para 04 (quatro) pessoas em trânsito (percurso por via terrestre).

2.2.23. Para o item 23. SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER, em Teresina/PI

2.2.23.1. Prestação de serviço de transporte terrestre para conduzir 2 (dois) representantes dos CBH dos Sertões de Crateús e 2 (dois) representantes do CBH da Serra da Ibiapaba, deverá ser realizado através de 2 (dois) veículos tipo **MINIVANS** executivo com capacidade de 7 (sete) lugares, com motorista, ar-condicionado e o fornecimento de combustível, seguro e demais despesas, e se estenderá durante toda a duração do pacote até o retorno para os seus municípios, com ida e volta, durante o período da **Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**, realizando também o transfer interno necessário na cidade do evento, deverá ser fornecido serviço de traslado conforme o roteiro descrito a seguir:

- MINIVAN – Rota 1: Ida dia 09/12/2026 de Crateús/CE → Teresina/PI, e volta dia 12/12/2026 Teresina/PI → Crateús/CE, para transportar 2 (dois) representantes dos CBH dos Sertões de Crateús. Total da quilometragem: 700 km
- MINIVAN – Rota 2: Ida dia 09/12/2026 de São Benedito/CE → Teresina/PI, e volta dia 12/12/2026 Teresina/PI → São Benedito/CE para transportar 2 (dois) representantes do CBH da Serra da Ibiapaba. Total da quilometragem: 700 km
- Os participantes do evento deverão ter transporte para deslocamento ida e volta do hotel, almoço, para o auditório do evento nos dias da reunião que, neste caso, deverá ser as mesmas Minivans que realizou o deslocamento terrestre entre CE e PI.

2.3. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE ALMOÇO

2.3.1. Prestação de serviço para fornecimento de Almoço para todos eventos descrito neste Termo de Referência. Os almoços deverão dispor de opções variadas, abrangendo, no mínimo:

- 02 (dois) tipos de carnes (uma vermelha, e outra branca e/ou pescado);
- Guarnições (arroz e feijão, ou baião de dois, macarrão, farofa);
- Saladas diversas (verde e cozida);
- Sobremesas;
- 02 (duas) opções de suco de frutas (com e sem açúcar cada em jarra por refeição);
- 02 (duas) opções de refrigerante (normal e diet com garrafa de 290ml ou lata de 350ml para cada participante por refeição);
- Água (garrafa de 500 ml para cada participante por refeição).

2.3.2. Todos esses itens devem ser fornecidos na temperatura adequada, em quantidades suficientes para o número de pessoas especificadas para cada reunião. O cardápio é sugestivo e

poderá ser modificado em comum acordo entre a organização do evento e a contratada. Observar em sua composição, os requerimentos necessários para o fornecimento de alimentação adequada a portadores de necessidades alimentares especiais.

2.4. SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO – FORNECIMENTO DE COFFE BREAK

2.4.1. Prestação de serviço para fornecimento de COFFE BREAK descrito neste Termo de Referência. Os 2 (dois) COFFEE BREAK para 50 (cinquenta) a serem oferecidos deverão dispor de opções variadas, abrangendo, no mínimo:

- Café (com e sem açúcar);
- Leite;
- Água mineral; (garrafa de 500 ml para cada participante por refeição);
- Sucos de frutas naturais (sendo duas opções de fruta, com e sem açúcar em jarra por refeição);
- Queijo fatiado, patê, salgados (sendo quatro variedades, das quais uma opção vegetariana), pão de leite, pão de queijo, tapioca;
- Salada de frutas, biscoitos (sendo três variedades), bolos doces (incluindo versão diet) e refrigerantes (normal e diet com garrafa de 290ml ou lata de 350ml para cada participante por refeição).

2.4.2. Todos esses itens devem ser fornecidos na temperatura adequada, em quantidades suficientes para o número de pessoas. Observar em sua composição, os requerimentos necessários para o fornecimento de alimentação adequada a portadores de necessidades alimentares especiais. O cardápio é sugestivo e poderá ser modificado em comum acordo entre a organização do evento e a contratada. O serviço deverá ser servido com todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento, ex: réchauds, suplôs, copos, taças de cristal, guardanapo de pano (branco) louças, prataria e talheres, gelo e toalha de mesa.

2.4.3. Infraestrutura mínima necessária: Disponibilizar Garçons e/ou Garçonetes durante todos os dias, devidamente identificados, para o cumprimento das seguintes tarefas: limpeza do local, mesas/cadeiras e outras atividades correlatas.

2.5. LOCAÇÃO DE IMOVEIS – AUDITÓRIO CLIMATIZADO

2.5.1. Para os serviços de auditório deverão ser fornecidos com equipamentos e em condições adequadas para a instalação de equipamentos de áudio, vídeo, e demais estruturas para execução do respectivo evento, equipado com cadeiras, conforme layout solicitado pelo contratante, ar-condicionado, e ponto lógico de Internet com capacidade para transmissão on-line ao vivo quando for necessário.

2.5.2. O local deverá ser acessível para pessoas com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida. Deverá ser localizado no mesmo local da hospedagem. Deverá ser equipado com, no mínimo, 01 (uma) mesa do tipo diretora com 07 (sete) cadeiras, sistema completo de sonorização e projeção, compatível com o auditório, 03 (três) microfones sem fio e notebook conectado ao sistema de projeção dispor de isolamento acústico e ambiente climatizado com ar-condicionado, com temperatura regulável e ponto de internet sem fio (wireless) com Wi-fi de alta velocidade sendo disponibilizado gratuitamente a todos os participantes do evento.

2.5.3. As cadeiras para os participantes deverão ser confortáveis e acolchoadas e com prancheta escamoteável, com apoio para escrita ou notebooks.

2.5.4. Deve ser assegurado aos participantes o acesso aos banheiros, próximo ao auditório, nas devidas condições de higiene, local que também dê a devida acessibilidade para as pessoas com deficiência.

2.5.5. O auditório deverá estar localizado no mesmo local da hospedagem.

2.5.6. As cadeiras do auditório deverão ser arrumadas em formato de “U”.

2.6. SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER – OBS: Quilometragem

2.6.1. Prestação de serviço de transportes terrestre para as 03 (três) Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba – CBH Parnaíba, em meses (alternados) em 04 (quatro) dias para cada evento, conforme descrito neste Termo de Referência, deverá atender à quantidade, características, quilometragens e trajetos especificados neste Termo de Referência.

2.6.2. Deverá ser fornecido por empresa “especializada” na prestação de serviço de locação de 02 (dois) veículos tipo MINIVANS, com capacidade 7 (lugares) para o serviço de transporte para 02 (dois) membros do CBH Sertões de Crateús e para 02 (dois) membros do CBH Serra da Ibiapaba, com motorista, incluindo fornecimento de combustível, seguro e demais despesas necessárias para a viagem dos representantes a fim de que possam participar e representar o Ceará nesse evento.

2.6.3. Os 2 (dois) veículos, tipo minivans, deverão estar em perfeito estado de uso e conservação, confortáveis e com capacidade para atender os participantes nas Reuniões do CBH Parnaíba, atendendo a legislação vigente aplicável, devendo estar disponíveis para a execução dos serviços após comunicação formal, durante os dias de realização das Reuniões. Deverá atender à quantidade, características, quilometragens durante toda duração das reuniões até o retorno para os seus municípios, com ida e volta. Os serviços serão executados nos dias úteis, e locais especificados neste Termo de Referência.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do contrato é de **01 (um) ano, contado a partir de sua celebração**, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH como Secretaria-Executiva dos Comitês de Bacia do Ceará, realiza o apoio logístico, técnico, administrativo e financeiro à realização de atividades relacionadas ao funcionamento dos colegiados. Atualmente existem 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas no Ceará, sendo eles: Acaraú, Alto Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Coreaú, Curu, Litoral, Médio Jaguaribe, Metropolitana, Salgado, Serra da Ibiapaba e Sertões de Crateús. Os comitês são compostos por instituições governamentais e não-governamentais, divididas em quatro setores: Poder Público Estadual e Federal: 20%; Poder Público Municipal: 20%; Usuários de Água: 30%; Sociedade Civil: 30%.

Diante do exposto, o presente Termo de Referência destina-se à contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de apoio logístico para a realização das atividades relacionadas às Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) e Reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).

O Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) é uma instância colegiada composta pelo conjunto dos Comitês de Bacia legalmente instituídos no âmbito do Sistema Nacional e dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos existentes em todo o território brasileiro.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) é a instância em que devem ser discutidos, democraticamente e com transparência, os diferentes interesses sobre os usos da

água na Bacia. Com atuação no Piauí, Maranhão e Ceará, busca uso sustentável, conservação da qualidade da água e gestão compartilhada com a ANA.

A participação dos membros representantes dos CBHs do Estado do Ceará, nas reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional e Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba é imprescindível para:

- Capacitação e nivelamento dos membros dos CBHs;
- Intercâmbio de experiências entre os comitês brasileiros e os órgãos gestores;
- Participação nas decisões relacionadas às ações da Coordenação do Fórum Nacional, no âmbito da articulação entre os Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil e sua atuação na Política Nacional de Recursos Hídricos.
- Reforça toda a integração que o Projeto requer nas suas Bacias receptoras, solicitando o apoio dos Órgãos Gestores nos Estados da Federação.

Para viabilizar a organização do colegiado, são realizadas sistematizadas reuniões com membros dos Estados participantes, com o objetivo de fortalecer a qualificação dos Comitês. Essas reuniões promovem a interação, a troca de experiências, o conhecimento das realidades de cada Bacia Hidrográfica dos seus estados, bem como a socialização de demandas pelos respectivos interessados.

Todas essas atividades têm contado sempre com expressiva representação dos CBHs do Estado do Ceará, que se empenha em acompanhar os encaminhamentos deliberados no Fórum Nacional e no Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba, em construir pautas que atendam, de formas atualizada e integrada, às reivindicações dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Esse esforço reforça a integração necessária para o sucesso da política de gestão de recursos hídricos nas Bacias de origem, solicitando o apoio dos Órgãos Gestores nos Estados da Federação.

Portanto, estes eventos são de extrema importância para estes colegiados, pois é um espaço privilegiado para propiciar as condições de intercâmbio entre os diversos organismos de bacias existentes no Brasil (Comitês, Órgãos Gestores, entre outros). Além de ser um momento de planejamento de ações, debates e de discussões sobre temas de interesses dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Os serviços a ser contratado para reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional têm como finalidade viabilizar: Fornecimento de passagens aéreas para os membros dos CBHs do Ceará, com base em horários e rotas mais adequados para a viagem. **Destacamos que os destinatários da presente solicitação de aquisição de Passagens Aéreas não estão contemplados no Contrato Nº 071/2024/COGERH**, fundamentado no edital do Pregão Eletrônico nº 20230022 – CASA CIVIL e seus anexos, a Ata de Registro de Preços nº 2024/02562, disponível em <https://scc.tce.ce.gov.br/scc/ConsultaContratoDetalheAct.tce?idContrato=43012>, pois o mesmo tem como objetivo:

“Esse serviço visa atender a demanda de viagens nacionais e internacionais dos **servidores e colaboradores da Administração Pública Direta e Indireta**, que está para atuar em prol de suas competências institucionais e atenderem a compromissos fora do Ceará, tais como reuniões, solenidades, treinamentos, palestras, seminários, policiamento, entre outros”.

Cumprе esclarecer que os beneficiários do serviço de apoio logístico às viagens, objeto desta demanda, são representantes dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Ceará, os quais participarão de eventos promovidos pelo Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil (FNCBH). Tais representantes **não integram o quadro funcional da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH)**, razão pela qual não se enquadram entre os públicos atendidos pelo Contrato nº 071/2024/COGERH.

- **Hospedagem** em hotéis com **diária inclusiva de café da manhã e jantar**, durante os dias de evento.
- **Almoço durante o evento e em trânsito (aeroporto), em restaurantes durante o percurso por via terrestre (ida e volta), os quais servidos na estrada**, para garantir a alimentação durante os horários das reuniões e deslocamentos.
- **Alimentação:** fornecimento de coffee break.
- **Locação de imóveis** (auditórios climatizados).
- **Traslado terrestre** para o transporte dos participantes entre o aeroporto, hotel, almoço e local do evento durante toda a duração do evento (FNCBH);
- (02) dois veículos tipo **MINIVANS** executivo com capacidade para 7 (sete) lugares, com motorista e o fornecimento de combustível, seguro e demais despesas, durante toda a duração do evento (Reuniões do CBH Parnaíba).
- **Seguro viagem** para os participantes cobrindo eventuais imprevistos e garantindo a segurança dos membros durante o deslocamento aéreo.
- Durante toda a viagem terrestre até o retorno dos participantes ao seu local de origem no Ceará. O referido seguro deverá aplicar-se também ao transporte.

A necessidade da contratação se justifica pela abrangência das Reuniões do FNCBH e Reuniões do CBH Parnaíba, o que requer viabilizar a participação dos membros nos eventos previstos neste Termo, fortalecendo o trabalho realizado pelos Comitês de Bacias do Ceará e promovendo a troca de experiências e o alinhamento estratégico nas instâncias estaduais e nacionais de gestão de recursos hídricos. Diante dessa importância, faz-se necessária a contratação do apoio logístico para assegurar a participação nas Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba – CBH Parnaíba, conforme os eventos e datas estabelecidos neste Termo para o ano de 2026.

4.2. O objeto da contratação está previsto no plano de negócios e investimentos e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta envolve a **Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de apoio logístico para realização das Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) e Reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)**. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando o critério de **menor preço** e sob regime de **empreitada por preço unitário**. A execução ocorrerá por grupo para atender a programação dos eventos, essa estratégia otimiza a identidade dos itens a serem licitados e a cronologia de execução de maneira rápida.

5.2. Componentes da Solução: a empresa contratada será responsável pela prestação dos seguintes serviços:

5.2.1. Passagens Aéreas:

- Emissão de bilhetes de ida e volta para os destinos das Reuniões do FNCBH.
- Preferência por voos diretos ou conexões otimizadas.
- Inclusão de todas as taxas e encargos no valor contratado.

5.2.2. Hospedagem:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260005 – COGERH

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH)
Rua Aduardo Batista, nº 1550 – Parque Iracema, CEP: 60.824-140
Fortaleza/CE

- Reserva em hotéis de, no mínimo, **três estrelas**, próximos ao local do evento (em um raio de até 30 minutos do local do evento).
- Acomodações em quartos individuais e duplos, conforme necessidade.
- Inclusão de café da manhã e jantar nas diárias.

5.2.3. Alimentação:

- Fornecimento de almoço e coffee break para os participantes durante o evento.
- Refeições servidas em restaurantes no próprio local do evento ou em restaurante localizado próximo ao local do evento (em um tempo estimado de deslocamento de até 15 minutos de transporte), e em percurso por via terrestre (ida e volta), os quais servidos na estrada.
- Cardápio variado, incluindo carnes, guarnições, saladas e bebidas.

5.2.4. Locação de Espaços:

- Disponibilização de auditórios climatizadas com infraestrutura para reunião.

5.2.5. Transporte Terrestre:

- Serviço de traslado entre aeroporto, hotel, almoço e local do evento.
- Veículos tipos minivans com capacidade para 7 (sete) lugares confortáveis e adequados para transporte executivo durante toda a duração do evento.
- Prestação de serviço nos horários compatíveis com os deslocamentos.

5.2.6. Seguro Viagem:

- Cobertura de despesas médicas e hospitalares durante o período de deslocamento.
- Proteção contra extravio de bagagens e cancelamento de viagem.
- Assistência em casos de emergência.

5.3. Integração dos Componentes: Todos os serviços serão coordenados de forma integrada, evitando falhas operacionais e garantindo que os participantes tenham uma experiência logística organizada e eficiente. A empresa contratada será responsável pela execução completa do serviço, desde a emissão das passagens e locação de veículos adequados ao número de passageiros até o retorno dos participantes ao Ceará. A adoção dessa solução garante **melhor gestão dos recursos públicos**, reduzindo custos administrativos e aumentando a eficiência na execução contratual.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes da Lei Federal nº 13.303/2016, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que deverá ser prestada até **10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 6.2.6** deste Termo.

6.2.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I – Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II – Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 6.2.7**, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada com correção monetária em favor do contratante, em conta preferencialmente no Banco do Brasil S/A ou outro banco indicado pelo contratante.

6.2.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados da data em que for notificado.

6.2.14. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – A contratante assume o compromisso em utilizar de rotinas mais aceitáveis visando a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual será de **48 (quarenta e oito) horas** para cada serviço, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

7.2.1.1. A Contratada deverá atender as solicitações em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para cada serviço, a contar do recebimento de cada ordem de serviço ou instrumento equivalente, no endereço indicado pela GEPAR/COGERH, no referido instrumento, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

7.2.1.2. Os serviços deverão ser executados, em conformidade com as determinações expedidas pela CONTRATANTE.

7.2.2. Para a execução do serviço será obedecido ao seguinte Cronograma:

Nº	ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	2ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) em Recife/PE					28 e 29/05/2026							
2	3ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) em Brasília/DF							30 e 31/07/2026					
3	4ª Reunião Ordinária do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) em Fortaleza/CE									24 e 25/09/2026			
4	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) com Visita Técnica em Parnaíba/PI					14 e 15/05/2026							
5	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) em Tasso Fragoso/MA								27 e 28/08/2026				
6	Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) em Teresina/PI												10 e 11/12/2026

7.2.3. Cronograma de Realização dos Serviços: Os serviços para as Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil e Reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) serão executados mediante solicitação da contratante e formalizados através de Ordem de Serviço. A execução dos serviços ocorrerá em meses alternados, de acordo com a necessidade e critérios estabelecidos pela contratante.

7.2.3.1. Os serviços serão rejeitados sempre que estiverem em desacordos com as condições estipuladas neste termo.

7.2.4. O objeto contratual deverá ser realizado em conformidade com as especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre contratante e contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O contratante poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando

houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE, na mesma data da Reunião**, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no **subitem 11.5** deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos da lei.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE após a finalização do serviço**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicando ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **subitem 12.7 deste Termo**.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, ou outro banco indicado pelo contratante.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 81, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016.

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 77 da Lei Federal nº 13.303/2016;

11.8. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.8.1. A contratante assume o compromisso em utilizar de rotinas mais aceitáveis visando a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à **qualificação técnico-operacional**, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

12.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5. Para fins da comprovação de que trata o **subitem 12.4**, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%) do valor total estimado
1 e 6	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM AÉREA	SERVIÇO	2	20%
2, 7 e 11	SERVIÇO DE HOTELARIA – SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM QUARTO DUPLO/SINGLE	SERVIÇO	9	20%
19	SERVIÇO DE TRANSLADO DE PASSAGEIROS – SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE INTERMUNICIPAL, RECEPTIVO E TRANSFER	KM	420	10%

12.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.7. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.7.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.7.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.7.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.7.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.7.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.7.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.10. Os documentos enumerados no **subitem 12.7**, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos **subitens 12.7.3, 12.7.4 e 12.7.5** deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.11. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.13. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.14. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.16. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.16.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260005 – COGERH

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____ / 20__ –

PROCESSO Nº 29012.001492/2026-41

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____ E (O) A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o **Pregão Eletrônico nº 20260005** e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do **Pregão Eletrônico nº 20260005**, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO** para viabilizar a participação nas Reuniões do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e Reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Parnaíba – CBH Parnaíba, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de **01 (um) ano, contado a partir de sua celebração**, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no **subitem 6.1** do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O reajuste será aplicado após o transcurso de 1 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, conforme o artigo nº 84, item 1, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por termo aditivo ou simples apostila unilateral e de competência do gestor do contrato, conforme artigo nº 85, item 3, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;

- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no **subitem 6.2** do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – **Multa**, na forma a seguir:

a. Moratória de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

b. Moratória de **0,2% (dois centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

d. Compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

13.3. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 13.1 poderão ser aplicadas junto a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.4. As sanções previstas no inciso III subitem 13.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato poderá ser extinto nas hipóteses de inadimplemento contratual, acordo entre as partes, ou conforme dispuser regulamento interno do CONTRATANTE.

14.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do CONTRATANTE, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento conforme disposto no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

18.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____, CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Como alternativa à assinatura física do Contrato, as Partes declaram e concordam que a assinatura mencionada poderá ser efetuada em formato eletrônico. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato e seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 (“MP nº 2.200-2”).

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)